

EDITORIAL

A Revista da Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, vinculada ao seu Programa de Pós-Graduação em Direito (CAPES 6), encerra o ano de 2023 com a publicação de seu 52º volume, composto por 15 artigos científicos inéditos e em correspondência às recentes normas sobre exogenia.

Nesse ano, a Revista passou por importantes reestruturações em sua equipe e nos fluxos editoriais, tornando-os mais céleres e dinâmicos. Além disso, incrementou seu corpo de pareceristas com professoras e professores avaliadores, circunstância que qualifica o método de avaliação por pares e o sistema duplo-cego. Por fim, fortaleceu laços com instituições estrangeiras, despertando o interesse de Professoras e Professores de outros países pelo cenário editorial brasileiro.

Os resultados desse aprimoramento já podem ser percebidos nesta Edição, que conta com produções de alto nível nas áreas da Criminologia, do Direito Civil, do Direito Constitucional, do Direito Penal, do Direito Processual, do Direito do Trabalho, da História do Direito e da Teoria do Estado.

No artigo intitulado “O discurso jurídico e a reconstrução do devido processo legal a partir do modelo de deliberação procedimental de Jürgen Habermas e da cooperação processual”, o autor Carlos André Maciel Pinheiro Pereira (UFPE) objetivou reconstruir o devido processo legal, considerando a teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas e a introdução de um paradigma processual baseado no Código de Processo Civil de 2015.

No trabalho “*Crimine e insicurezza ai tempi della Pandemia*”, a Professora de Sociologia do Direito Giovanna Truda, da *Università degli Studi di Salerno*, tratou dos impactos que as dinâmicas econômica e social no âmbito da Pandemia SARS-CoV-2 geraram sobre as diferenças sociais e contribuíram para alimentar a dinâmica do ódio e aumentar a prática de crimes relacionados às diversas manifestações de preconceito, especialmente nos meios digitais.

O Professor da PUC Minas Lucas de Alvarenga Gontijo também contribuiu nesta edição, apresentando à Comunidade Acadêmica o precioso “Ensaio sobre história dos conceitos e republicanismo no contexto da Conjuração Mineira”, no qual investiga a instauração da subjetividade republicana durante a vigência do Antigo Regime português, na Capitania de Minas Gerais, a analisar conceitos utilizados pelos sediciosos envolvidos no episódio da Conjuração Mineira.

O artigo “Revisão sistemática sobre o escravismo contemporâneo: um aceno para o direcionamento de políticas” foi escrito pelos Professores Alexandre Cesar Batista da Silva, Jonas Alves da Silva, Eduardo José dos Santos e Professora Yumara Lúcia Vasconcelos, da Universidade Federal de Pernambuco. No texto, houve revisão bibliográfica de fôlego sobre trabalho escravo contemporâneo, dentro da seara dos direitos humanos e direitos do trabalho, principalmente, com o fito de sumarizar os principais achados e contribuições, identificar nichos, interseccionalidades temáticas, debates emergentes e acenos para sua mitigação, além de aprofundar a compreensão, discussão sobre o tema e suas variáveis facilitadoras.

A Professora Maria Cecília Máximo Teodoro (PUC Minas) e a Professora Gabriela Neves Delgado (UnB) contribuíram com o artigo intitulado “Mulher: do lugar de fala ao perigo da fala silenciada”, no qual analisaram e discutiram os feminismos pautando o debate a favor da transformação do lugar ocupado por mulheres no mundo social, de modo a ressaltar o olhar da narrativa pelas lentes das mulheres oprimidas.

Já no artigo “Inconstitucionalidade, inconvenção e colonialidade do marco temporal em território indígena”, os Professores Tiago Resende Botelho (UFGD) e Sebastião Patrício Mendes da Costa (UFPI) defenderam teoricamente e juridicamente que o marco temporal em território indígena é inconstitucional, inconvenção e reforça todos os tipos de violências coloniais sofridas pelos povos originários por meio da colonialidade do poder, do saber e do ser.

Na pesquisa “Direitos sexuais e reprodutivos na Bolívia”, o autor Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth e as autoras Fernanda Lavínia Birck Schubert e Joice Graciele Nielsson – vinculados à Unijuí, analisaram, a partir da perspectiva biopolítica, aspectos do controle reprodutivo executado na Bolívia, especialmente, por meio de planejamentos familiares e esterilizações. Também foi discutida a forma como tais práticas podem afetar a dignidade humana, os direitos humanos e fundamentais e a proteção dos direitos reprodutivos e sexuais de meninas e mulheres do país por meio de uma atuação estatal seletiva.

O autor João Pedro Seefeldt Pessoa (UFSM) e as autoras Jânia Maria Lopes Saldanha (Unisinos) e Têmis Limberger (Unisinos) analisaram, na pesquisa “A proteção de dados pessoais entre capitalismo de vigilância e cosmopolitismo”, as contribuições da mirada cosmopolita na compreensão do fenômeno da mundialização da privacidade no século XXI e da necessidade de regulação do direito à proteção de dados pessoais, no contexto do capitalismo de vigilância.

O Professor Valmôr Scott Junior e a Professora Daniela Critien Silveira Mariesse Coelho, da UFPel, apresentaram, no artigo “Vulnerabilidade de mulheres encarceradas: fatores

educacionais no panorama brasileiro”, análise teorizada sob o viés da Criminologia da Libertação para compreender como essa proposta criminológica, aplicada ao Brasil, repercute na vulnerabilidade educacional de mulheres encarceradas, pois acredita-se que essa abordagem pode atenuar as desigualdades vivenciadas no cárcere.

No artigo “Loteria Constitucional”, o Professor Henrique Napoleão Alves (FDMC) utilizou do cenário hipotético concebido por Andrei Marmor no qual o controle de constitucionalidade é exercido não por um tribunal constitucional, mas por uma loteria feita por um computador segundo programação apta a alcançar os mesmos resultados médios alcançados pelo sistema empiricamente existente para criticar a legitimidade, ou a justificação moral e política, do sistema existente.

A Professora Edna Raquel Hogemann (UFRJ), em coautoria com o Professor Marcelo Santoro Almeida (PUC Rio/ Mackenzie), apresentaram o artigo “Relacionamento *sugar* e suas repercussões jurídicas”, no qual promovem profícua reflexão sobre o fenômeno dos relacionamentos *sugar*, situando-os como produtos de uma sociedade caracterizada sob o signo do consumo, consagrada de referenciais valorativos demarcados por direitos subjetivos individualistas, avessos ao afeto, numa ética do pós-dever.

Em texto intitulado “Ativismo judicial e diálogos transjudiciais”, os autores Bruno Makowiecky Salles e Paulo Márcio Cruz, ambos Professores da Univali, produziram articulação entre as categorias do ativismo judicial e dos diálogos mantidos entre juízes e Cortes, estudados em doutrinas como o Transconstitucionalismo e o Transjudicialismo e reunidos sob a fórmula mais ampla dos Diálogos Transjudiciais. Tal escrita teve como objetivo contribuir à construção de alguns parâmetros que conciliem os elementos articulados, visando que as interações transjudiciais revistam-se de cientificidade e harmonizem-se com a legitimidade democrática.

No trabalho “O direito à educação: o confronto entre a reserva do possível e a dignidade da pessoa humana”, a Professora Elisandra Riffel Cimadon e o Professor Felipe Schmidt, da Univali, objetivaram entender a Educação como direito fundamental social e que, intimamente ligado ao Mínimo Existencial, à Dignidade da Pessoa Humana e à Vedação do Retrocesso, não pode aceitar ser reduzida a uma tese denominada Reserva do Possível, alegada de forma generalizada pelo Poder Público.

A contribuição do Professor Eduardo Pitrez de Aguiar Corrêa (FURG), em coautoria com sua orientanda Danyelle Gautério Silva, se deu pelo artigo “Exploração e criminalização do trabalho infantil no narcotráfico: a guerra às drogas e a convenção 182 da OIT no Brasil”, no qual problematiza a participação de crianças e adolescentes no tráfico de drogas. Para o

autora e a autora, tal realidade pode ser considerada uma das piores formas de trabalho infantil, explicitando as violações de direitos e a realidade dos jovens envolvidos com o narcotráfico, bem como a ausência de ações por parte do Estado brasileiro, que prima pela resposta à questão no âmbito da criminalização.

Por fim, os Professores Giancarlo Montagner Copelli (Unisinos) e José Luis Bolzan de Moraes (FDV) e a Professora Clarissa Tassinari (Unisinos) propuseram, no artigo “O populismo contra o Estado de Direito”, assentaram o argumento de que as tentações populistas – percebidas como tentativas de rompimento com o Estado de Direito em nome do atingimento de demandas institucionalmente reprimidas –, associadas a altos níveis de polarização política, permitem um constante flerte com o enraizamento de democracias consideradas iliberais. Para tanto, esmiuçaram os distanciamentos e as aproximações típicas do diálogo, muitas vezes tenso, entre Direito e Política e acenam para a relação entre o populismo – fenômeno político com reflexos jurídicos – e a ascensão de democracias consideradas iliberais.

Com a apresentação de todos os artigos à Comunidade Acadêmica e a plena certeza de que as contribuições científicas trazidas pela presente edição produzirão destacado impacto sobre as pesquisas jurídicas nacionais, a Revista da Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas deseja a todas e todos uma leitura agradável. Na oportunidade, com seus sinceros agradecimentos, o Comitê Editorial dedica este número ao Professor Rainer Bomfim, agora Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC Minas, que deixou a equipe editorial após anos de dedicação e valiosas contribuições ao periódico.

Professora Doutora Flaviane de Magalhães Barros Bolzan de Moraes

Comissão Editorial da Revista da Faculdade Mineira de Direito

Professora Mestra Jamilla Monteiro Sarkis

Professor Mestre Igor Alves Noberto Soares

Editores de Seção da Revista da Faculdade Mineira de Direito